

POBREZA DE QUEM PARA QUEM? ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO DO TEMA DA EQUIDADE SOCIAL E COMBATE À POBREZA NO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20

(Poverty of whom for whom? Representation of social equity and fight against poverty in the final document of Rio + 20)

Carolina Lopes Araújo¹
Universidade de Brasília – UnB

Raiza Gomes Fraga²
Universidade de Brasília – UnB

ABSTRACT

According to the United Nations Conference on Sustainable Development aka Rio+20, eradicating poverty is the greatest global challenge and an indispensable requirement for sustainable development. The critical discourse analysis (CDA) applied to the text “The Future We Want” sought to identify discourses used in depicting the subject of poverty and social inequality. CDA’s theoretical-methodological apparatus reveals that, although the text stresses the urgency in addressing the poverty issue, Rio+20 does not offer a concrete commitment to meet this challenge. Economic discourse is imperative in the text and the Rio+20’s outcomes does not show potential to transform development model, but ratify hegemonic perspectives and the colonialist vision that prevail at the current development model.

Keywords: Rio + 20. Poverty. Inequality. Sustainable Development. Economic Growth.

RESUMO

A erradicação da pobreza foi considerada o maior desafio global pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, sendo requisito chave para o desenvolvimento sustentável. O aparato teórico-metodológico aplicado ao texto final da Rio+20, intitulado “O futuro que queremos”, buscou identificar discursos acionados na representação do tema da pobreza e desigualdade social. A análise revelou que, apesar de o texto denunciar urgência em erradicar a pobreza, a Rio+20 não aporta compromissos concretos para enfrentar esse desafio. O discurso econômico é imperativo no texto e os resultados da Rio+20 não se revelam transformadores, mas ratificam as perspectivas hegemônicas e visão colonialista do modelo de desenvolvimento vigente.

Palavras-Chave: Rio+20. Pobreza. Desigualdade. Desenvolvimento Sustentável. Crescimento Econômico.

INTRODUÇÃO

Embora muito presente em nosso cotidiano, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não apresenta um consenso teórico nem político em torno das ações necessárias para sua

¹ Professora adjunta da Universidade de Brasília, Campus Planaltina. Doutora pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Mestre em Administração pela HEC Montreal e bacharel em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Leciona nos cursos de Gestão Ambiental (bacharelado) e Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (PPGDS -MESPT).

² Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

promoção. Essa falta de precisão na definição do significado de desenvolvimento sustentável é o que lhe torna demasiadamente fraco teoricamente, mas bastante complexa em sua dimensão política (MARIA, 2012, p. 14).

Para Chesnais (2012), a (in)sustentabilidade do desenvolvimento é uma questão profundamente política, que se embasa no questionamento do sistema de exploração econômica e dominação social vigentes. O fato de que os “efeitos sociais dos processos de degradação dos ecossistemas se manifestarem de maneira desigual e diferenciada no espaço mundial” aporta mais dificuldade para se conciliar os esforços necessários para se transformar o modelo de desenvolvimento. As desigualdades, resultantes do desenvolvimento no modelo “*business as usual*” escancararam o absurdo ético da manutenção desse modelo e clamam por uma alternativa de reaproximação entre a ética, a política e a economia (VEIGA, 2008, p. 80). No cerne dos desafios do mundo contemporâneo está a pergunta sobre o que seria uma sociedade aceitável e como comprometer-se politicamente para sua realização (SEN, 2000).

Seguindo a lógica da ação coletiva orientada para a governança dos bens comuns, proposta por Ostrom (2011), Guimarães (1995, p. 134) afirma que o desafio da sustentabilidade requer uma aliança entre as nações e junto a atores sociais diversos. No cerne dessa aliança deveria estar um compromisso consensual e unanimemente aceito que conduzisse a decisões e práticas que se prestem a transformar a retórica da sustentabilidade em uma realidade em escala planetária. No entanto, a viabilidade de tal compromisso fica ameaçada diante da variedade dos interesses em jogo e da dinâmica de forças que favorece a hegemonia das vozes daqueles para quem o mais importante é o crescimento econômico contínuo, a despeito do bem comum.

Há que se considerar, entretanto, que no campo social a hegemonia é uma situação mutável. Segundo Bourdieu (2004), diante da possibilidade de alteração do valor relativo dos capitais ou da estrutura do campo, as disputas no campo são intensificadas. Os discursos articulados em torno da noção de desenvolvimento sustentável resultam de conflitos e disputas de poder entre atores sociais diversos implicados nas questões relativas ao desenvolvimento e aos limites ambientais do planeta (MACHADO, 2005). A rede de interações entre esses atores define o campo social da geopolítica do desenvolvimento sustentável, onde “interesses predominantes no campo de disputas (...) se articulam para gestar e legitimar estratégias de encaminhamento” (MACHADO, 2005, p. 9). A Rio+20 foi um momento privilegiado de intensificação dessa luta, pois mobilizou os atores sociais e propiciou a interação entre eles, levando à discussão questões que podem impactar a estrutura que condiciona esse campo social, com potencial para transformá-la ou ratificá-la.

Desde o início dos anos 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido *locus* privilegiado para a articulação dos atores e na produção do discurso do desenvolvimento

sustentável. As conferências das Nações Unidas sobre a temática ambiental e do desenvolvimento sustentável, especialmente aquelas realizadas em 1972, em 1992 (Eco-92) e em 2012 (Rio+20) marcam momentos importantes na construção do discurso institucional do desenvolvimento sustentável. Dada a diversidade de interesses dos atores envolvidos nas discussões, as pautas desses eventos reverberaram a complexidade do tema e a diversidade de perspectivas no debate sobre sustentabilidade (ABRAMOVAY, 2012).

No entanto, diante da urgência de um pacto mundial para a promoção do desenvolvimento sustentável, a cooperação internacional para o enfrentamento de problemas globais não tem mostrado resultados suficientes. Machado (2005) afirma que os discursos do desenvolvimento sustentável produzidos a partir dessas conferências não incitam à transformação do modelo tradicional de desenvolvimento e têm gerado mais frustrações do que resultados efetivos.

O maior desafio da Rio+20 estava em materializar, no formato de um documento final, uma proposta dos caminhos para o desenvolvimento sustentável a serem adotados consensualmente pelos países membros da ONU e que contemplasse as reivindicações da sociedade civil (ABRANCHES, 2012). Na necessidade de se resguardar a coerência e a aceitabilidade do documento “O futuro que queremos”, muitos foram os ajustes que o conformaram, afastando-o das expectativas e propostas originais dos atores envolvidos nos debates que nele resultaram.

Nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a questão da equidade social e do combate à pobreza é recorrente. O conceito de desenvolvimento sustentável presume o desenvolvimento social, o qual é incompatível com a situação de pobreza e de desigualdade social que ainda imperam no mundo, especialmente (porém, não exclusivamente) em algumas nações menos desenvolvidas. Nesse sentido, o presente artigo debruça-se sobre o documento final da Rio+20 com o intuito de analisar como o tema da equidade e pobreza está representado no documento “O futuro que queremos”.

1. METODOLOGIA

Embasado na teoria da Análise de Discurso Crítica, buscou-se mapear o funcionamento de elementos linguístico-discursivos que operam na reificação ou na contestação de configurações das práticas sociais que se articulam na representação do tema da pobreza e da desigualdade social. Também foi analisado o potencial emancipatório e transformador dessa representação no documento da Rio+20 em relação às forças hegemônicas da geopolítica do desenvolvimento.

Por suas referências à questão da pobreza e da desigualdade social, este artigo analisou em profundidade os 48 (17%) dos 283 parágrafos que compõem o documento final da Rio+20³. Com o auxílio do programa NVivo 10 (QRS INTERNATIONAL, 2013) foram mapeadas as funções discursivas, assim como a representação de discursos (interdiscursividade) e conexões com textos (intertextualidade). Outras categorias linguísticas aplicadas à análise do texto foram a coesão, as pressuposições e a escolha lexical associada ao campo semântico.

Este artigo é um desdobramento do estudo discursivo da participação social na Rio+20 registrado na tese intitulada “As vozes da Rio+20” (ARAUJO, 2014). As próximas seções apresentam o resultado da análise discursiva do tema da pobreza e da desigualdade social no documento final da Rio+20.

2. ANÁLISE LEXICAL E ATIVAÇÃO DO CAMPO SEMÂNTICO

A ferramenta “frequência de palavras” do NVivo (QRS INTERNATIONAL, 2013) foi útil nas análises estatísticas auxiliares à análise discursiva, além de facilitar a apresentação gráfica, por meio da nuvem de palavras composta das principais escolhas lexicais no texto, com potencial para apontar os campos semânticos ativados.

A nuvem de palavras apresentada na Figura 1 contém os 150 vocábulos (grafados com três letras ou mais) mais utilizados nesses 48 parágrafos. Os termos “*development*” (com 88 ocorrências); “*sustainable*” (com 83 ocorrências) e “*including*” (com 54 ocorrências) foram suprimidos da nuvem de palavras a fim de priorizar a análise comparativa da ocorrência dos outros termos relevantes no documento. Inserem-se na Figura 1, portanto, somente os termos que se repetem no texto entre 48 vezes (“*poverty*”) e cinco vezes (25 vocábulos).

³ Todos os 48 parágrafos do texto “O futuro que queremos” (UNITED NATIONS, 2012) com referências à questão da pobreza e da equidade social foram considerados na análise lexical e contribuíram para a análise discursiva apresentada neste artigo. O documento apresenta seus 283 parágrafos numerados em sequência. As passagens do texto em análise neste artigo são referidas pelo número do parágrafo indicado no texto original, de modo a facilitar a consulta pelo leitor. Portanto, vale ressaltar que neste artigo foram transcritos apenas aquelas passagens em que o texto se mostrou indispensável para que o leitor pudesse compreender a discussão proposta.

Observou-se que, dentre as 150 palavras mais frequentes nos parágrafos do texto da Rio+20 com referências à questão da pobreza e da equidade social, a maior parte se vincula aos pilares social e econômico do desenvolvimento sustentável (29 termos vinculados à dimensão social e 18 termos vinculados à dimensão econômica). Já a ocorrência de termos vinculados ao campo semântico da dimensão ambiental totalizou 14 termos, revelando a importância secundária das questões ambientais na representação do tema em análise.

Por essas escolhas lexicais, revela-se que a representação da questão da pobreza e equidade social no texto final da Rio+20 ativa fortemente o discurso econômico ao abordar os desafios do desenvolvimento sustentável. No entanto, como se verá nas seções que se seguem, ao fazê-lo, o documento não pressupõe que a pobreza e as desigualdades possam ter sido geradas pelo modelo econômico vigente. Antes sim, o documento propõe medidas de caráter econômico para a promoção do desenvolvimento, o qual, por sua vez, contribuiria para a erradicação da pobreza e das desigualdades que desafiam o desenvolvimento sustentável.

3. EQUIDADE SOCIAL E COMBATE À POBREZA NO TEXTO “O FUTURO QUE QUEREMOS”

A questão do combate à pobreza é representada no texto da Rio+20 com força retórica majorada, quando comparada aos demais desafios do desenvolvimento sustentável. Isso pode ser observado no conteúdo de seu segundo parágrafo, transcrito excerto 1, que descreve a erradicação da pobreza como o maior desafio global e indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Excerto 1: (§2) Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to freeing humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.

O uso dos termos adjetivos “*the greatest*” e “*indispensable*” e da locução adverbial “*as a matter of urgency*” refletem a avaliação do alto grau de importância concedido à questão da pobreza no §2 (excerto 1). O uso do superlativo absoluto “*the greatest*” concede importância superior à erradicação da pobreza dentre os grandes desafios globais mencionados no texto. Isso fica mais evidente na comparação com avaliação atribuída às mudanças climáticas, no §190, que são referidas enquanto “um dos maiores desafios de nossos tempos⁶” (*one of the greatest challenges of our time*).

Outra evidência do elevado grau de importância concedido à questão da erradicação da pobreza no texto está no uso da expressão “*in the context of sustainable development and poverty eradication*” para qualificar a economia verde. A economia verde é apresentada como um dos

⁶ Os trechos do documento da Rio+20 apresentados em português entre aspas ao longo do texto são resultantes de tradução livre pelas autoras.

temas principais da Rio+20, juntamente com o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, conforme se lê no §12 (excerto 2).

Excerto 2: (§12) We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development (trecho).

As referências ao discurso da equidade social e combate à pobreza como uso de termos associados ao desenvolvimento social e econômico é coerente com pressuposição existencial (pressuposto de verdade, revelado pelo uso do verbo “reconhecer” - *to recognize*) encontrada no texto de que o crescimento econômico é uma via imprescindível para a erradicação da pobreza, conforme se lê no §106 transcrito no excerto 3.

Excerto 3: (§106) We recognize that sustained, inclusive and equitable economic growth in developing countries is a key requirement for eradicating poverty and hunger and achieving the Millennium Development Goals. In this regard, we emphasize that national efforts of developing countries should be complemented by an enabling environment aimed at expanding the development opportunities of developing countries. We also emphasize the need to accord the highest priority to poverty eradication through integrated, coordinated and coherent strategies at all levels.

O uso da expressão “*key requirement*” no §106 é um indicador de alta modalidade deôntica, indicando no texto o comprometimento (ou a obrigação) de se considerar o crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo nos países em desenvolvimento como um meio para a erradicação da pobreza e da fome.

Observa-se nos §4 e §11 enumerações que priorizam as medidas de caráter econômico como vias para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a equidade social. No texto se observa a pressuposição de que o desenvolvimento social, e no seio deste o combate à pobreza, justificam as ações necessárias para o desenvolvimento sustentável, as quais se realizariam por meio de mecanismos econômicos.

Excerto 4: (§4) We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living, fostering equitable social development and inclusion, and promoting integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports, inter alia, economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges (grifo nosso).

No §4 (excerto 4), a medida prioritária para se alcançar o desenvolvimento sustentável é o crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo, que aparece em primeiro lugar na

enumeração. Essa mesma ordenação que concede lugar de destaque ao crescimento econômico está presente no §11, que, aliado ao excerto §4 (excerto 4), reitera a importância do crescimento econômico para a erradicação da pobreza, como se observou também no §106 (excerto 3).

Observa-se que, na ordem da enumeração contida no §4, é conferida importância secundária às medidas de caráter ambiental (“promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e ecossistemas”), que aparece apenas como último item da enumeração e, ainda, tem sua importância relativa mitigada pela expressão “o que favorece, dentre outros, o desenvolvimento econômico, social e humano”. Essa expressão se presta como qualificador das medidas ambientais, servindo-lhe de justificativa.

Observa-se que, ao elencar os tipos de desenvolvimento, novamente o §4 confere primazia ao desenvolvimento econômico. Na oração que se segue (“ao tempo que facilita a conservação, regeneração e reconstituição e resiliência dos ecossistemas”), ressurge a questão ambiental como resultante das medidas de promoção do desenvolvimento sustentável. O vocábulo “*while*” que precede o trecho que apresenta os benefícios ambientais indica modalidade deôntica baixa, ou seja, fraco comprometimento com a promoção desses resultados. Com importância mitigada no contexto, “a conservação do ecossistema, a regeneração e restauração e resiliência diante dos novos desafios emergentes” são representadas meramente como um efeito colateral positivo das medidas tomadas para a promoção do desenvolvimento econômico, social e humano, contribuindo para justificar a relevância dessas medidas.

Já o uso da construção “reafirmamos a necessidade” (*we reaffirm the need*) presente no §4 (excerto 4), como também no §11, representam alta modalidade deôntica, isto é, alto grau de necessidade (ou obrigatoriedade) de que sejam alcançados a estabilidade econômica, o crescimento econômico sustentado e a promoção da equidade social, dentre outros requisitos do desenvolvimento sustentável.

No §56, outra enumeração reafirma a importância majorada dos aspectos econômicos em relação aos demais aspectos do desenvolvimento sustentável, reiterando o que foi observado nos §4 e §11. A manutenção do funcionamento saudável do ecossistema terrestre surge ao final do parágrafo, precedida pelos benefícios econômicos e sociais da economia verde. Além de sua posição posterior no parágrafo, a manutenção do ecossistema é representada com importância mitigada ao ser antecedido por “*while*”. Assim como no §4, sua presença no §56 revela baixo comprometimento (modalidade deôntica baixa) com a geração dos resultados de caráter ambiental, quando comparado à ênfase dada à erradicação da pobreza, ao crescimento econômico sustentável, à promoção da inclusão social, à melhoria do bem-estar humano e à criação de oportunidades de emprego e de trabalho decente para todos.

4. A ECONOMIA VERDE NO COMBATE À POBREZA

Ao apresentar a economia verde como “um dos importantes instrumentos disponíveis para se alcançar o desenvolvimento sustentável” enfatizando, em seguida, que ela não deve ser um conjunto rígido de regras”, o texto aponta uma abertura em relação a outras propostas que contribuam para a construção de políticas de promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, essas alternativas não são sugeridas ao longo do documento. Apesar de o §56 revelar uma modalidade deontica baixa com a proposta de economia verde, isso contradiz outras passagens do texto em que se alude à economia verde conferindo-lhe alto grau de importância no contexto da Rio+20, como é caso do §12 e o §104 que expressam o compromisso e a determinação de se tratarem os temas principais da Conferência, sejam, a economia verde e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Também se revela, no §58, especialmente nos subitens de (j) a (p), uma forte aposta (modalidade deontica alta) no potencial de contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável. Nesses subitens, transcritos no excerto 5, estão enumerados os benefícios sociais que podem ser ativados por meio das políticas de economia verde, dentre esses a melhoria das condições de vida de comunidade mais vulneráveis e a contribuição das atividades produtivas para a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento.

Excerto 5: (§58) We affirm that green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should: (...)

(j) Enhance the welfare of indigenous peoples and their communities, other local and traditional communities and ethnic minorities, recognizing and supporting their identity, culture and interests, and avoid endangering their cultural heritage, practices and traditional knowledge, preserving and respecting non-market approaches that contribute to the eradication of poverty;

(...)

(m) Promote productive activities in developing countries that

(...)

(p) Continue efforts to strive for inclusive, equitable development approaches to overcome poverty and inequality.

A erradicação da pobreza por meio de instrumentos econômicos é reiterada no §147 (excerto 6), em que se lê que “erradicação da pobreza, pleno emprego produtivo e a proteção e integração social estão inter-relacionadas e se reforçam mutuamente”.

Excerto 6: (§147) We recognize that poverty eradication, full and productive employment and decent work for all, and social integration and protection are interrelated and mutually reinforcing, and that enabling environments to promote these need to be created at all level.

Nesse trecho, a ordem da enumeração realça a prioridade dos aspectos econômicos diante dos sociais. Entretanto, ao referir-se à proteção e à integração social, o texto faz alusão à

necessidade de medidas políticas para a promoção do desenvolvimento social, indicando a necessária complementariedade dessas medidas com as ferramentas econômicas.

A necessidade de medidas de caráter político para a promoção do desenvolvimento social é retomada no §148, em que se expressa a necessidade de políticas e estratégias governamentais para a promoção de emprego decente e produtivo para jovens. Uma avaliação negativa do mercado de trabalho é representada pela referência à necessidade de que se criem trabalhos decentes nas próximas décadas de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável e inclusivo e a redução da pobreza, revelando certa descrença no modelo vigente em assegurar o pleno emprego e o trabalho decente, logo, apontando a necessidade de transformação desse modelo.

No que tange à necessidade de instrumentos políticos de promoção do desenvolvimento social, é interessante comparar os §4 (excerto 4), §11, §56 e §58 (Excerto 5 excerto 5) com os § 147 (excerto 6) e §148. Enquanto esses últimos aludem à necessidade de medidas política para que a economia se preste a promover o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza, nos §4, §11, §56 e §58 não há nenhuma expressão que intermedeie a relação entre atividades produtivas e erradicação da pobreza, levando à interpretação de que a economia verde e as atividades produtivas seriam meios adequados e suficientes para a promoção do desenvolvimento social intrínseco ao desenvolvimento sustentável. Tal comparação revela senão uma ruptura de coesão no texto, ao menos uma justaposição de ideias destoantes no decorrer dos parágrafos.

5. MEDIDAS POLÍTICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA POBREZA

No documento da Rio+20, o desenvolvimento econômico se apresenta como recurso prioritário para o desenvolvimento social, de modo que este último serve de justificativa para as medidas de promoção do primeiro. Mas também são indicadas medidas de caráter político para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. A necessidade de políticas sociais se mostra com mais veemência nos §63 e §107 **Erro! Fonte de referência não encontrada..** No entanto, em comparação com a alusão no texto às medidas econômicas para a promoção do desenvolvimento social, os requisitos políticos da erradicação da pobreza e da promoção do desenvolvimento sustentável surgem no texto em menor frequência e com menos destaque.

Serviços sociais, proteção social e políticas sociais são representados no texto como essenciais para o combate à pobreza. Serviços públicos de infraestrutura também são apontados no texto como necessários para a erradicação da pobreza, tais como: acesso à água potável e a saneamento básico (§120), serviços energéticos modernos e sustentáveis (§125 e §129), habitação e mobilidade (§134, e §135). É importante notar que o documento expressa um compromisso

explícito com a promoção do acesso universal a esses serviços. A representação desse compromisso é marcada pelo uso do processo verbal “nos comprometemos” (*we commit*) presente nos §120, §125, §134 e §135 e pela afirmativa de que “estamos todos determinados a agir de modo a tornar realidade a energia sustentável para todos” presente no §129.

Observou-se, nessas passagens do texto, que a representação dos processos (elementos verbais) referentes à promoção dos serviços de infraestrutura pública revela modalidade deôntica alta (forte compromisso com a ação). Dentre os parágrafos que fazem referência à erradicação da pobreza no documento “O futuro que queremos”, apenas nos §104, §120, §125, §134, §135 e §229 se observa o uso do processo verbal “*to commit*”. Esse processo (elemento verbal) de comprometer(-se) revela uma predisposição à ação mais forte do que os verbos utilizados nas demais passagens analisadas, tais como: “*to recognize*” (usado 24 vezes nas referências à questão da pobreza), “*to affirm*” (usado 14 vezes), “*to emphasize*” (usado 10 vezes), “*to acknowledge*” (usado 7 vezes), “*to encourage*” (usado 7 vezes), “*to be concerned*” (usado 4 vezes).

Pelos elementos presentes nos §120, §125, §134 e §135, desvela-se uma pressuposição proposicional que representa uma predisposição ativa em atuar na promoção dos serviços de infraestrutura, especialmente junto aos países em desenvolvimento, como medida de combate à pobreza.

Diferentemente, se observa uma menor implicação com o compromisso expresso no §229. Ao reafirmar o compromisso de “fortalecer a cooperação internacional para alcançar o acesso universal à educação primária”, o texto faz uso da expressão “fortalecer a cooperação internacional...” para intermediar a representação do compromisso e a proposta da ação de promoção da universalização do acesso à educação primária. Dessa forma, se enfraquece a vinculação entre essas ideias, revelando uma modalidade deôntica mais baixa que aquelas analisadas nos excertos §120, §125, §134 e §135. O mesmo recurso de afastamento entre o compromisso expresso e seu conteúdo também é observado no §11, onde se reafirma o “compromisso de fortalecer a cooperação internacional para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável para todos, em particular para os países em desenvolvimento”.

Em duas outras passagens do texto relacionadas à erradicação da pobreza estão representados compromissos no documento da Rio+20: no §2 (excerto 1), que expressa o compromisso de “libertar a humanidade da pobreza e da fome como uma questão de urgência”; no §8 que reafirma “o compromisso com sociedades justas e democráticas”.

Nas demais passagens do texto “O futuro que queremos” que fazem referência à questão da erradicação da pobreza e da promoção da equidade, são usados processos que representam uma implicação menos proativa em relação às medidas de promoção do desenvolvimento sustentável,

representando ações verbais ou mentais, segundo a classificação proposta pelo sistema de transitividade de (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), como por exemplo: “reconhecer” (*to recognize, to acknowledge*), “reafirmar” (*to reaffirm*), “ênfatisar” (*to stress, to emphazise*), “notar” (*to note*), “encorajar” (*to encourage*) e “clamar” (*to call*).

6. POBREZA SOMENTE NOS PAÍSES POBRES?

Observa-se, no §70 e no §110, o destaque da situação pobreza e da necessidade de inclusão social nos países em desenvolvimento. Tal destaque é recorrente no texto e pode ser observado também nos §11, §23, §58(m) (excerto 5), §64, §94, §109, §190, §212 e §229.

É significativo observar que o texto se refere à questão da pobreza apenas nos países em desenvolvimento, nos países de renda média (*middle-income countries*, mencionados no §37) e nos países africanos menos desenvolvidos (mencionados no 105). Há um total apagamento da situação de pobreza existente nos países ricos e de seus efeitos sobre o desenvolvimento sustentável, incluindo o desenvolvimento social.

Esse apagamento dos problemas enfrentados pelos países desenvolvidos, especialmente os problemas sociais e econômicos, torna-se ainda mais evidente na análise do §20 (excerto 13).

Excerto 5: (§20) We acknowledge that since 1992 there have been areas of insufficient progress and setbacks in the integration of the three dimensions of sustainable development, aggravated by multiple financial, economic, food and energy crises, which have threatened the ability of all countries, in particular developing countries, to achieve sustainable development. In this regard, it is critical that we do not backtrack from our commitment to the outcome of the United Nations Conference on Environment and Development. We also recognize that one of the current major challenges for all countries, particularly for developing countries, is the impact from the multiple crises affecting the world today.

Observa-se no §20 (excerto 13) a menção à “crise múltipla que afeta o mundo” na época da realização da Rio+20. A referida crise iniciou com o estouro da bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008 e afetou fortemente a economia mundial nos anos que se seguiram. Em junho de 2012, os países desenvolvidos experimentavam duramente os impactos dessa crise sobre suas economias nacionais. Algumas nações europeias, especialmente Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, apresentaram elevados índices de desemprego e uma inédita e significativa redução do poder de compra da população, com efeitos diretos sobre o padrão de vida das famílias (VADELL, SAGGIORO, *et al.*, 2012; BRUM, BEDIN; PEDROSO, 2013). No entanto, o documento da Rio+20 realça os efeitos da crise sobre os países em desenvolvimento. Na primeira frase do §20, o texto menciona que as diversas crises que ocorreram desde 1992 “afetaram a capacidade de todos os países para alcançar o desenvolvimento sustentável”, revelando uma

generalização abstrata de problemas concretos. No entanto, a referência a “todos países” fica mitigada pela adição da expressão “especialmente para os países em desenvolvimento” que segue. Tal artifício de apagamento da situação dos países desenvolvidos se repete na última frase do §20, revelando a coesão do texto que reitera a ideia de que os problemas da crise afetam mais gravemente os países em desenvolvimento, omitindo os nefastos impactos sobre as economias dos países desenvolvidos, relatados por Vadell et al. (2012) e por Brum, Bedin e Pedroso (2013).

Interessante notar no texto da Rio+20 o apagamento da questão da pobreza nos países desenvolvidos. Todo o foco da questão da pobreza se volta para a situação dos países pobres e dos países em desenvolvimento, mesmo nas passagens do texto que se referem à crise de 2008, a qual afetou duramente as economias centrais - dos Estados Unidos e dos países europeus (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Vale notar a tônica paternalista, quase colonialista, do texto quando se refere aos problemas e às propostas de soluções para a questão da pobreza nos países em desenvolvimento. A cooperação internacional, a ajuda financeira, as transferências de tecnologias e o comércio em nível global são apontados como meios para se remediar a situação de pobreza nos países em desenvolvimento. Inerente a esse discurso está o risco de se promover (ou reforçar) a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países ricos. O discurso da soberania nacional que se articula no texto da Rio+20 se presta a ressaltar algumas propostas de articulação internacional para o enfrentamento de problemas globais, mas não se relaciona com as questões comerciais ou econômicas representadas no texto.

Porém, quanto às relações internacionais, se observa algumas rupturas discursivas no texto “O futuro que queremos”. O apoio à cooperação sul-sul, ou seja, entre países em desenvolvimento, que se lê no §260, mas também mencionada no §277 e no item (c) do §280, aponta para uma abertura ao protagonismo desses países na definição de uma agenda de desenvolvimento colaborativa entre eles e customizada para suas necessidades e expectativas específicas (§259). A ressalva de que “a cooperação sul-sul vem completar, mais do que substituir a cooperação norte-sul”, no §260, visa responder ao receio de que se diminuam as ajudas internacionais (especialmente ajudas financeiras) oferecidas pelos países ricos aos países em desenvolvimento.

Também se lê no documento da Rio+20 referências, ainda que limitadas, à necessidade de se respeitar a identidade e a herança cultural de populações tradicionais (nos §30 e §58(j)) e de valorização de práticas produtivas (§109 e §197) e transacionais - não comerciais (§58(j) e §253) e dos conhecimentos tradicionais (§58(j), §109 e §197). Tais passagens representam rupturas coesivas no texto por destoarem das demais propostas de enfrentamento à situação da pobreza

representadas no texto. No entanto, tais fissuras não desvelam um discurso transformador, uma vez que o discurso econômico-mercantil hegemônico é predominante no texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise discursiva crítica do texto “O futuro que queremos”, é possível afirmar que o discurso do combate à pobreza e promoção da equidade social da Rio+20 está intimamente imbricado com o discurso econômico. O texto articula o discurso do combate à pobreza quando apresenta a economia verde como um dos temas principais da Conferência. Causa estranhamento o destaque concedido à questão do combate à pobreza na expressão que, por repetidas vezes, adjetiva a economia verde (“*in the context of sustainable development and poverty eradication*”), já que a situação da pobreza é incompatível com a proposta do desenvolvimento sustentável.

No entanto, a associação de ideias concernentes à economia verde e à erradicação da pobreza auxilia na representação de que o crescimento econômico é via para o desenvolvimento sustentável. Aliás, as referências ao crescimento econômico são marcadas pela alta modalidade deôntica que expressam que a promoção do desenvolvimento sustentável deve vincular-se à promoção do crescimento econômico. Nesse sentido, o texto da Rio+20 apresenta a questão do trabalho decente e a geração de emprego e renda como requisito para o desenvolvimento sustentável inclusivo, enfatizando, ainda, a contribuição das atividades produtivas para a erradicação da pobreza, ao tempo em que reafirma a necessidade de estabilidade econômica.

O texto também expressa alta modalidade deôntica ao manifestar compromisso com sociedade justas e democráticas, em assegurar o acesso de todos a serviços de infraestrutura pública e com a libertação da humanidade da pobreza e da fome. A força de tais compromissos contrasta com a baixa modalidade deôntica expressa nas passagens do texto relativas às questões ambientais concernentes ao tema da pobreza e da desigualdade social. Nos compromissos fixados pelos 188⁷ Estados-nação signatários do documento final da Rio+20, observa-se que são abordados temas caros à sociedade civil, sem que, no entanto, tenha sido expresso o comprometimento com medidas concretas para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. Tampouco se verifica, no documento da Rio+20, empenho no enfrentamento dos desafios ambientais do desenvolvimento sustentável, o que contrasta com os resultados da Eco-92 que foram fortemente marcados pelo discurso ambientalista. Tais aspectos dos resultados da Rio+20 foram dura e amplamente criticados por ambientalistas e ativistas sociais (O GLOBO, 2012), mas também pela

⁷ Participaram da Rio+20 188 países membros da ONU, além do Vaticano, da Palestina e da representação da Comunidade Europeia, que participaram da Rio+20 enquanto observadores, totalizando 191 participantes oficiais.

sociedade civil que se fez presente na reunião plenária da Rio+20 por meio dos representantes dos nove grupos sociais (*Major Groups*) definidos na Agenda 21.

As críticas aos resultados da Rio+20 refletiram a atmosfera de desânimo e de decepção que marcou o final da Conferência, quando se constatou que o documento “O Futuro que queremos” não era o ideal diante da urgência dos desafios do desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012) mas foi fruto do “consenso possível” a que puderam chegar os participantes da Rio+20 (RAMINA, 2012; GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Há que se reconhecer que algumas passagens do texto apontam para rupturas coesivas que revelam potencial de espaços futuros para discursos contra-hegemônicos. No entanto, o texto é profundamente marcado pelo discurso econômico hegemônico, o qual permeia as perspectivas e as propostas que imperam nos resultados da Rio+20. Dessa forma, os resultados da Rio+20 não revelam potencial para transformar o modelo de desenvolvimento vigente - apesar de denunciar algumas de suas mazelas - e pouco contribui efetivamente para a construção de um modelo de desenvolvimento pautado pela sustentabilidade.

Recebido em: outubro de 2017
Aprovado em: dezembro de 2017
carolinalopesaraujo@yahoo.com.br
raiza.fraga@gmail.com
[DOI: 10.26512/les.v18i3.7437](https://doi.org/10.26512/les.v18i3.7437)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Estudos Avançados [on line]**, São Paulo, 26, n. 74, 2012.

ABRANCHES, S. Rio+20 pode perder substância política. **Ecopolítica**, Rio de Janeiro, 09 mai 2012. Disponível em: <<http://www.ecopolitica.com.br/2012/05/09/rio20-sucesso-so-se-o-inesperado-acontecer/>>. Acesso em: 12 maio 2012.

ARAUJO, C. L. As vozes da Rio+20: a inserção dos interesses dos grupos sociais nos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por um sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, mar 2010. 51-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100003>. Acesso em: 16 mar 2013.

BRUM, A. L.; BEDIN, G. A.; PEDROSO, M. N. C. A globalização, o declínio da soberania do Estado e a crise econômica de 2007/2008: a necessidade de criação de um sistema de governança

econômica global. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, 1, n. 1, jan/jun 2013. 229-249. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/363/685>>. Acesso em: 16 mar 2013.

CHESNAIS, F. Alguns marcos teóricos e políticos para a construção de uma postura ecológica revolucionária. In: LÊNA, P.; NASCIMENTO, E. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 157-169.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

GUIMARÃES, P.; FONTOURA, Y. S. D. R. D. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, 15, n. 3, dez 2012. 19-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300003>. Acesso em: 2017 mar 13.

GUIMARÃES, R. P. O desafio político do desenvolvimento sustentado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, 35, 1995. 113-205.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. D. R. D. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 10, n. 3, 2012. 509-532.

HALLIDAY, M. A.; MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Functional Grammar**. 3a. ed. London: Edward Arnold, 2004. ISBN 13-978-0-340-76167-0.
MACHADO, V. D. F. A. A produção de um discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92. Universidade de Brasília. Brasília. 2005.

MARIA, J. A. Mídia e mudança climática: a cobertura de Veja e Carta Capital. Universidade de Brasília. Brasília. 2012.

O GLOBO. O consenso possível na Rio+20. **O Globo**, Rio de Janeiro, v. Editorial, 21 jun 2012.

OSTROM, E. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. 29a. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

QRS INTERNATIONAL. **NVivo 10**, 2013.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011. ISBN 978-85-7113-336-5.

RAMINA, M. Rio+20: avanços de um consenso multilateral possível. **Carta Capital**, v. Opinião, 29 jun 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Rio-20-Avancos-de-um-consenso-multilateral-possivel/26804>>. Acesso em: 26 mar 2014.

RESENDE, V. D. M. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**. Campinas: Pontes, 2009. ISBN 978-85-7113-288-7.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentado e sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p. ISBN 85-7617-04-X.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED NATIONS. **The future we want**: outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development. United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20). Rio de Janeiro: UNCSD. 2012. p. 53.

VADELL, J. et al. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 55, n. 2, 2012. 10-27.

VEIGA, J. E. D. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.